



XXIV JORNADAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL - REAVIVAR E REFORÇAR O BEM COMUM

20 A 22 ABRIL
2018

SETÚBAL

LIVRO DE ACTAS





Website: <https://jornadaseaspea201.wixsite.com/jornadas2018>

E-mail: aveiro@aspea.org

Telefone: 234 092 847

© Texto

Vários

Design Cartaz

Sérgio Mateus

Coordenação e Revisão

David Ramos Silva

© Propriedade e Edição

Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)

Edição

Junho de 2019

ISBN

978-989-54180-3-9

Por decisão do Editor, a presente edição não segue as regras do Acordo Ortográfico em vigor, embora os textos dos autores poderão ou não seguir o referido Acordo. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste Livro de Actas, em formato *e-Book* de acesso universal, livre e público, pode ser comercializada. Nenhuma responsabilidade é assumida pelo uso das informações aqui contidas. Embora todas as precauções tenham sido tomadas na preparação deste e-Book, a editora não assume qualquer responsabilidade por erros ou omissões. Tão pouco se assume qualquer responsabilidade por danos resultantes do uso das informações aqui contidas.



**XXIV JORNADAS
PEDAGÓGICAS
DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL - REAVIVAR E REFORÇAR O BEM COMUM
20 A 22 ABRIL 2018 SETÚBAL

XXIV JORNADAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL – REAVIVAR E REFORÇAR O BEM COMUM

20 A 22 DE ABRIL DE 2018

Cinema Charlot - Auditório Municipal
& Escola Secundária du Bocage
Setúbal, Portugal

ORGANIZAÇÃO:

Associação Portuguesa de Educação Ambiental



Câmara Municipal de Setúbal



Instituto das Comunidades Educativas





**XXIV JORNADAS
PEDAGÓGICAS
DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL - REAVIVAR E REFORÇAR O BEM COMUM
20 A 22 ABRIL 2018 SETÚBAL

APOIOS & PATROCÍNIOS



**PATRIMÓNIO
CULTURAL**
Direção-Geral do Património Cultural





COMISSÃO ORGANIZADORA

Ângela Luzia – Instituto das Comunidades Educativas (ICE)

Carla de la Cerda Gomes – Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)

Celeste Paulino – Câmara Municipal de Setúbal

Cristina Coelho – Câmara Municipal de Setúbal

David Ramos Silva – Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA) /
Universidade de Aveiro

Joaquim Ramos Pinto – Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)

Laura Gonzalez – Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)

Liliana Ferreira – Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)

Manuela Correia – Instituto das Comunidades Educativas (ICE)

Manuel Coelho – Câmara Municipal de Setúbal

Maria João Correia – Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA) /
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Miriam Ferreira – Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)

Sérgio Mateus – Câmara Municipal de Setúbal

Telma Fontes – Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)



COMISSÃO CIENTÍFICA

Abílio Amiguiño – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais - Instituto Politécnico de Portalegre / ICE

António Almeida – Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Lisboa

Brígida Rocha Brito – Universidade Autónoma de Lisboa / ASPEA

Cláudia Albino – Departamento de Comunicação e Arte - Universidade de Aveiro

David Ramos Silva – Centro de Estudos do Ambiente e do Mar - Universidade de Aveiro / ASPEA

Elisabete Figueiredo – Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território - Universidade de Aveiro

Filomena Cardoso Martins – Departamento de Ambiente e Ordenamento - Universidade de Aveiro

Isabel Abrantes – Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viseu / ASPEA

Mário Oliveira – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais - Instituto Politécnico de Leiria / OIKOS

Olga Santos – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais - Instituto Politécnico de Leiria

Paulo Mafra – Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Bragança / ASPEA



ARTIGOS

Património Cultural – Realidade Viva!	40
Estratégia Nacional de Educação Ambiental: um compromisso nacional	43
Conhecimento e perceção da importância das áreas protegidas: um estudo com futuros docentes do 1.º e do 2º ciclo	46
Educação Ambiental para todos: sentir e conhecer o território	60
A importância da gestão ambiental partilhada no desenvolvimento do serviço de Educação Ambiental no Sudoeste de Portugal	70
Da ecologia do montado a uma pedagogia dos afetos	82
Dieta Mediterrânica – um sistema alimentar sustentável de raízes históricas	88
DE ONDE VIM? DE “UMA ESCOLA ‘COM PAREDES DE VIDRO’! ONDE ESTOU, AGORA? NUM JARDIM COM PAREDES DE BETÃO!	100
Educação Ambiental e Patrimonial para a construção da sustentabilidade territorial. Casos de estudo no Brasil, Galiza e Portugal	108
Inovação, tradição e intergeracionalidade na requalificação do Património Cultural e Ambiental	118
Maletas da Sustentabilidade	129
Quinta de Educação e Ambiente na Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha	133
Água, Arte e Consciência no século XXI	142
Por uma Cidadania Verde	148

ÍNDICE



**XXIV JORNADAS
PEDAGÓGICAS
DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL - REAVIVAR E REFORÇAR O BEM COMUM
20 A 22 ABRIL 2018 SETÚBAL

Patrimônio Natural e Cultural: transição educadora para Sociedades Sustentáveis	152
Conclusões das XXIV Jornadas	167
Encerramento das XXIV Jornadas	170



EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL PARA A CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL. CASOS DE ESTUDO NO BRASIL, GALIZA E PORTUGAL

Margarida Correia Marques¹, Rossano Lopes Bastos², Fabíola Salvador Hipólito³, Sara Costa Carvalho⁴, Araceli Serantes Pazos⁵

¹ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Investigação e de Tecnologias Agroambientais e Biológicas, Vila Real, Portugal, mcm@utad.pt

² Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional em Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil, rossanolopes@gmail.com

³ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Unidade de Ambiente, Vila Real, Portugal, fabiolahipolito@hotmail.com

⁴ Universidade de Aveiro, Centro de Estudos Ambientais e Marinhos, Aveiro, Portugal, saradcarvalho@ua.pt

⁵ Universidade da Coruña, Facultade de Ciencias da Educación, Grupo de investigación Política Educativa, Historia e Sociedade, A Coruña, Espanha, boli@udc.es

Resumo

A valorização, do ambiente ou da cultura, só é possível através de um processo educativo que esteja vinculado ao protagonismo das comunidades locais e dos seus conhecimentos. Os dois conceitos e aportes são necessários tanto na construção da sustentabilidade das comunidades locais como da transdisciplinaridade. No presente trabalho recorre-se a casos de estudo de equipamentos no Brasil, na Galiza e em Portugal para mostrar a aplicabilidade do conceito de educação patrimonial e a sua transversalidade com a educação ambiental. Estes recursos que concretizam projetos integrados de educação ambiental e patrimonial, devido às suas características físicas e conceptuais, são dinamizadores sociais eficazes, contribuindo para um desenvolvimento comunitário sustentável e para o reforço da coesão social.

Introdução

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em 2012, foi lançada, no evento paralelo “Cúpula dos Povos”, a Rede Planetária do Tratado de Educação Ambiental. Os dezasseis Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global [1] ressaltam não só os aspetos ambientais, mas também os aspetos éticos e sociais, marcando uma educação ambiental que requer transformação pela ação e a construção da sociedade com base no pensamento crítico e inovador. Considera-se no presente



trabalho, que os processos educativos formais, não formais ou informais focados no ambiente ou na cultura com o propósito de colaborarem para o seu reconhecimento, preservação e valorização constituem, respetivamente, a educação ambiental e a educação patrimonial.

Dada a magnitude e complexidade dos temas ambientais da atualidade, bem como a importância de colocar o tema da sustentabilidade de forma transversal nas várias áreas do saber, verifica-se o envolvimento de cada vez mais entidades, públicas e privadas, no desenvolvimento e promoção de projetos ou programas de educação ambiental. Convém referir que Carvalho [2] salienta a importância de uma estrutura de âmbito local – os equipamentos para a educação ambiental (EqEA) –, como uma ferramenta particularmente adequada para uma abordagem mais holística às questões ambientais, integrando aspetos biofísicos e socioculturais. Importa ainda notar que nos últimos 10 anos se tem observado uma crescente relevância na atuação dos técnicos dos EqEA [3,4]. Ao mesmo tempo, muitos espaços museológicos e empresas têm direcionado recursos para a prática de atividades e projetos na área da sustentabilidade, frequentemente em estreita colaboração com as comunidades locais (dentre muitos outros [3-6], mencionam-se: Museu Marítimo de Ílhavo [7]; Museu do Quartzo [8]; Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Faveiros [9]; Centro de Desenvolvimento Rural “O Viso” [10]; Arqueixal Ecoagroturismo [11]).

Entende-se como comunidades locais, os territórios de vivência, sobrevivência, aprendizado, compartilhamento de saberes, sabores e odores que se circunscrevem em determinado espaço físico e social, numa relação dialética entre espaço produzido e espaço produtor. Dentro desta perspetiva, o papel da educação patrimonial legitima um campo de conhecimento e práticas que tanto se podem incluir no seu espectro de desenvolvimento como se podem encontrar na educação ambiental. Sendo assim, considera-se que a educação ambiental e a educação patrimonial são irmãs siamesas, sendo impossível dissociá-las epistemologicamente.

Pretende-se no presente trabalho mostrar a transversalidade da educação patrimonial com a educação ambiental. Para responder a este objetivo recorre-se a casos de estudo de equipamentos – um conjunto de iniciativas heterogéneas que servem os propósitos da educação ambiental assumidos formalmente a nível internacional [12] – no Brasil, na Galiza e em Portugal. Convém salientar a convicção de vários autores [2,6,13-17] de que estes equipamentos, desde que se verifiquem certas condições, são eficazes “dinamizadores sociais”.



Os principais critérios para a seleção dos equipamentos foram: estarem atualmente (junho 2018) em funcionamento com uma oferta educativa permanente; as suas peculiaridades identitárias locais; o seu património histórico, arquitetónico, cultural e/ou natural ímpar; e a inovação. Com base nestes critérios, efetuou-se a revisão de publicações impressas e digitais [2-6, 12], foram consultados os portais dos equipamentos (tendo-se contactado as respetivas entidades gestoras, sempre que se mostrou necessário para complementar a informação documentada) e procedeu-se à visita dos equipamentos selecionados.

A Educação Patrimonial que fomenta a Ambiental

O Presente do Passado

O conceito de Património – enquanto património natural e cultural – tem vindo a passar por um processo evolutivo com a introdução de novas dimensões, que lhe conferem maior complexidade. Muitas organizações, através da UNESCO, há mais de três décadas, reivindicam uma conceção antropológica do património cultural, que inclui também contextos sociais e culturais: cultura tradicional e folclore; tesouros humanos vivos; e património oral e imaterial [18]. Importa lembrar que, de acordo a UNESCO [19], a diversidade cultural, “fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, é, para o género humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza.”

Nos territórios em análise, constata-se a existência de equipamentos que desenvolvem um programa educativo na área ambiental a partir da preservação e valorização da forte herança histórico-cultural, arquitetónica e ambiental que os impregna. Nestes equipamentos promove-se em simultâneo a educação patrimonial – histórico-cultural –, ambiental e emancipatória, despertando a quem os visita experiências únicas e diferenciadoras. Na construção do conhecimento que se almeja coletiva e democrática, considera-se fulcral a participação ativa das comunidades locais que são detentoras e produtoras das referências culturais.

Norma geral mostram uma nova vida de espaços centenários, que preservando e afirmando a sua própria identidade, tradição e memórias históricas, permitem criar novas memórias e tradições para as gerações futuras. A título exemplificativo, referem-se: o Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional – Iphan/SC, situado em Santa Catarina, Brasil [20]; o Parque Arqueológico da Cultura Castrexa, em San Cibrao de Lás, Galicia [21]; ou o Mosteiro de São Martinho de Tibães, localizado em Braga, Portugal [22], que são equipamentos âncora das suas áreas de



influência. Nestes equipamentos a educação/sensibilização é feita através de atividades de caráter lúdico e pedagógico que visam fomentar e favorecer o conhecimento, bem como a participação social, na proteção, conservação, valorização, gestão, utilização e promoção do Património. Dirigida a vários públicos, a educação patrimonial tem funcionado especialmente como uma extensão da educação formal a nível no ensino básico e secundário. Verificam-se, contudo, algumas parcerias com universidades no âmbito da investigação. Convém salientar que no Iphan as principais diretrizes para a educação patrimonial provêm de um processo longo de debates institucionais, de parcerias, de investigação e avaliação das práticas educativas [20].

Dentre os referenciais em que se alicerça a educação patrimonial, enunciados pelo Iphan/SC [20], destaca-se: a necessidade de uma “abordagem transversal e dialógica”; as comunidades são “participantes efetivas das ações educativas”; “as ações educativas devem levar em conta a intersectorialidade das políticas públicas”; “os territórios são espaços educativos”. Perante estes referenciais, impõe-se que a educação patrimonial esteja comprometida com a transformação, a emancipação e a liberdade. Nas abordagens atuais defende-se um modelo integral que procura a identidade coletiva, tendo a valorização pessoal como base para a empatia com o outro [23]. Através da educação patrimonial consegue-se que os cidadãos sejam capazes de compreender a sua importância no processo sócio-cultural-ambiental no qual estão inseridos, incitando a uma transformação positiva, socialmente inclusiva e que busca de forma eficaz a justiça cognitiva.

A Educação Ambiental que fomenta a Patrimonial

A agricultura do presente com história

À semelhança da educação ambiental, os EqEA também têm alterado a sua visão e práticas desde os anos 60 do século passado. Como referido anteriormente, na última década tem-se assistido ao aparecimento de um crescente número de EqEA que privilegiam a aceitação e cooperação com as comunidades locais, ganhando assim progressivo reconhecimento e contribuindo de forma decisiva para a valorização e promoção dos recursos endógenos do território onde estão implantados. No contexto do presente trabalho, estudaram-se e visitaram-se EqEA cujo foco está num (ou mais) produto(s) agrícola(s) com tradição socio-histórica nos territórios analisados, ou seja, um património que é imprescindível ser preservado e valorizado. Destes, apresentam-se cinco na tabela 1, que se localizam em zonas rurais e/ou do interior dos territórios em análise [11, 24-28].



Todos estes equipamentos concretizam projetos de educação e sensibilização em matéria de ambiente, considerando crucial a sua transversalidade artística, etnográfica, histórica, política, religiosa e socioeconómica. Deste modo, é reforçado também o papel dos diferentes parceiros sociais, e os cidadãos compreendem a importância decisiva da sua contribuição para melhorar o ambiente e a sua qualidade de vida, bem como para construir a sustentabilidade de um território. Importa salientar ainda o facto da maioria destes EqEA conciliarem, de forma integrada, as vertentes da educação ambiental e da educação patrimonial com a vertente da hotelaria, atraindo assim uma maior diversidade de públicos e criarem emprego.

Tabela 1: Os equipamentos de educação ambiental selecionados, Portugal e Galiza.

Nome do Equipamento	Informações	Localização [Referência]
Centro de Interpretação da Cultura do Ananás	Foi inaugurado em 2016; Surgiu no âmbito de um projeto da Part'Ilha – Associação de Cultura e Desenvolvimento Local, AC para valorização de uma parcela da história da Ilha de São Miguel do Arquipélago dos Açores. É um polo de desenvolvimento local de Fajã de Baixo – a freguesia considerada como “capital do ananás”, uma vez que possui área de cultivo de 60 hectares e exporta cerca de 1000 a 2000 toneladas de ananás por ano.	Fajã de Baixo, Ilha de São Miguel, Açores – Portugal [24]
Museu do Douro	Foi inaugurado a 20 de dezembro de 2008. Estuda, inventaria, preserva, expõe e divulga o Património da Região Demarcada do Douro, com especial incidência nos elementos associados à vitivinicultura, atividade central no Douro. Integra três unidades especializadas: Museologia; Conservação e Restauro; Centro de Informação. O seu edifício foi classificado, em 2017, como Monumento de Interesse Público	Peso da Régua Portugal [25]
Museu do Pão	Funciona desde setembro de 2002; Resultou das sinergias criadas entre historiadores, empresários e docentes. É um museu privado. Pretende recolher, preservar e exibir os objetos e o património do pão português nas suas múltiplas vertentes.	Seia – Portugal [26]
Arqueixal Ecoagroturismo	Quinta familiar que mantém a cultura tradicional, fazendo: - produção biológica de leite e queijo, respeitando os ciclos naturais de produção; - distribuição de proximidade dos produtos; - recuperação dos usos tradicionais, folclore e história local.	Parroquia de Santiago de Albá, Comarca da Ulloa, Galiza [11]



Tabela 1 (continuação): Os equipamentos de educação ambiental selecionados, Portugal e Galiza.

Nome do Equipamento	Informações	Localização [Referência]
Granxa de Barreiros	Quinta pedagógica mais antiga de Espanha (com mais de 70 anos). Produz carne e legumes biológicos. O programa educativo responde ao ciclo das estações e destina-se a crianças em idade escolar, professores e profissionais em geral.	Lugar de Ortoá, Lugo – Galiza [27]
Horta de conservación de froitas autóctonas en San Sadurniño	Pomar de conservação de espécies de fruta autóctone. Visa o desenvolvimento das áreas rurais e recuperação de árvores frutíferas, em particular, das variedades autóctones. É um banco vivo de espécies.	San Sadurniño Galiza [28]

Conforme com o que se verifica nos equipamentos referidos no capítulo anterior, nestes EqEA o projeto educativo é dirigido a vários públicos, estando o seu enfoque também no complementar e ampliar o papel das instituições educativas. Convém lembrar que há públicos cruciais que têm vindo a ser descurados pelos EqEA, como é o caso do grupo dos agentes decisórios, para o qual de acordo com Carvalho [2] e Serantes [29] são necessárias abordagens educativas integradoras “mais ativas, inovadoras e que considerem os seus conhecimentos prévios”. Porém, esta última autora sublinha que mais importante, que uma estratégia isolada de procura de variedade e quantidade de públicos, é a aposta num projeto com forte compromisso com o meio socioambiental do seu entorno e que, simultaneamente, implique diferentes segmentos da população da comunidade local.

Educação ambiental e patrimonial para a sustentabilidade

Nas sociedades contemporâneas as mudanças acontecem a ritmos muito rápidos e refletem-se em diversos contextos, incluindo a educação ambiental e patrimonial. Convém notar que em especial nas comunidades locais, o empoderamento, fruto tanto da educação ambiental como da educação patrimonial, resulta no reconhecimento pelos próprios sujeitos das suas habilidades e conhecimentos, e assim na sua autoestima. É impossível valorizar, ou o ambiente ou a cultura, através de qualquer processo educativo que esteja desvinculado do protagonismo das comunidades locais e dos seus conhecimentos. Os dois conceitos e aportes são necessários tanto na construção da sustentabilidade das comunidades locais como da transdisciplinaridade.



Acresce a esta constatação, o facto da realização de ações integradas de educação ambiental e de formação histórico-cultural potenciar a capacitação das populações locais e dos seus visitantes para valorizar e explorar as potencialidades dos territórios no que respeita aos seus valores. Deste modo, a primeira ação pedagógica deve ser voltada para quem procura partilhar, interferir ou potencializar territórios a serem “valorizados”. Evidentemente, o primeiro cuidado a ter em consideração é o sensibilizar a comunidade/território quanto à possibilidade de participarem como protagonistas na eleição do seu ativo ambiental e cultural. Aqui, entender o ambiente (educação ambiental) é entender a cultura (educação patrimonial); como os outros interpretam o seu mundo e o mundo à sua volta.

Segundo Correia Marques *et al.* [15] “Construir projetos de desenvolvimento que respondam às necessidades e expectativas das comunidades locais implica considerar e valorizar os recursos territoriais (materiais e imateriais), bem como envolver os cidadãos nos processos de decisão, dando relevo ao inter-relacionamento dos diversos atores da sociedade civil, num contexto democrático.” Corroborando esta afirmação, na Estratégia Nacional de Educação Ambiental – ENEA 2020, publicada em Portugal em julho de 2017, defende-se a ideia que o “sucesso de uma educação ambiental que vise a alteração de paradigma na relação das atividades humanas com os recursos disponíveis depende também da promoção da informação e do conhecimento dos cidadãos sobre o território onde vivem, sobre as suas capacidades, vulnerabilidades e resiliências.” [30].

Uma vez que os EqEA são importantes potencializadores do desenvolvimento de um território, mostra-se crucial construir conhecimento sobre o papel da educação ambiental na valorização socioeconómica das comunidades locais. Ao (re)inventarem, (re)criarem a sua própria tradição tornam-se mais criativos, inovadores e atrativos, e constituem-se também como opções turísticas territoriais competitivas e de qualidade. Adicionalmente, a concretização de projetos de EqEA exige o (re)pensar do território onde este está implantado nas suas diferentes dimensões (ambiental, social, económica e cultural) de forma integrada e concertada, pois verifica-se que uma abordagem holística de uma área geográfica, articulada com a gestão dos recursos endógenos e as especificidades territoriais, é determinante para o sucesso e longevidade de um EqEA [6,14,16,29].



Integrados nas comunidades locais, os EqEA são considerados de dimensão estratégica por Carvalho [2], enquanto infraestruturas e polos de intervenção socioambiental que permitirem a conjugação de diferentes valências. Convém notar ainda que Serantes [29] lembra que os EqEA sendo “referências estáveis para a comunidade local, para várias instituições e para organismos internacionais” permitem também desenvolver a investigação científica. Com efeito, de uma forma geral, nos territórios em análise verifica-se que existe ainda enorme potencial – que merece ser estudado em profundidade – de crescimento em número de EqEA, bem como em capacidade de visitantes, vertentes e domínios de atuação destes equipamentos.

Considerações finais

Conhecer, compreender e analisar, global e profundamente, um território mostra-se essencial para perceber a sua dinâmica e de que forma a aposta numa estratégia em educação ambiental poderá contribuir para o seu desenvolvimento sustentável. Ao assumir-se o carácter integrador das várias dimensões de um território, a educação ambiental – em estreita articulação com a educação patrimonial – torna-se determinante, dentro dos princípios éticos, solitários, democráticos, emancipatórios, participativos e críticos, para a transformação socio-ambiental dessa área territorial, funcionando como estratégia-chave.

Os equipamentos existentes nos territórios, referências estáveis para as comunidades locais, contribuem efetivamente para essa visão integradora e para o reforço da coesão social, ao envolverem as populações e os seus usuários na construção conjunta de estratégias comunitárias sustentáveis.

Uma nova cultura de sustentabilidade exige a alteração da relação do Homem com o ambiente que o rodeia sem perder a referência de até onde chega a sua pegada ecológica; requer mudanças no modelo energético, nas formas de mobilidade, na economia, ... Nesta construção de alternativas na perspetiva da justiça ambiental, os EqEA podem ser um instrumento para reaprender a viver em paz com o planeta, com respeito pelos limites da biosfera, mostrando que a austeridade é o modelo que fomenta a viabilidade do nosso sistema social.



Referências

1. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Rio de Janeiro: Rio 92, www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat_ea.pdf [Consult. em 4 de junho de 2018], 1992.
2. S.C. Carvalho, *Potencialidades e práticas de integração das dimensões sociocultural e biofísica em equipamentos para a educação ambiental: estudos de caso do Eixo Atlântico (Norte de Portugal e Galiza)*, tese de doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2015.
3. APA – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., *Promoção e Cidadania. Equipamentos e materiais. Sistema Nacional de Informação de Ambiente*, <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=142&sub2ref=698>; <http://sniamb.apambiente.pt/Home/Default.htm> [Consult. em 4 de junho de 2018], 2018.
4. MAGRAMA – Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente, *Centro Nacional de Educación Ambiental – CENEAM*, <http://www.magrama.gob.es/es/ceneam/> [Consult. em 4 de junho de 2018], 2018.
5. A. Serantes, M. García, "Los equipamientos de educación ambiental y sus tipologías", em C. Escudero, M. Oliver, A. Serantes, (coord.), *Los Equipamientos de Educación Ambiental en España: Calidad y Profesionalización*, Organismo Autónomo Parques Nacionales e Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente, Espanha, pp. 23-34, 2013.
6. M. Correia Marques, F. Salvador Hipólito, R. Lopes Bastos, Os equipamentos de educação ambiental para a sustentabilidade no cerne do Entre-Norte-e-Centro. *Revista Ambientamente Sustentable*: XII,1, n.º 23-24, 119-139 (2017).
7. Museu Marítimo de Ílhavo, <http://www.museumaritimo.cm-ilhavo.pt/> [Consult. em 4 de junho de 2018], 2018.
8. Museu do Quartzo, <https://www.cm-viseu.pt/index.php/informacoes-quartzo> [Consult. em 4 de junho de 2018], 2018.
9. Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favaio, <http://www.cm-alijo.pt/pagina/224> [Consult. em 5 de junho de 2018], 2018.
10. Centro de Desenvolvimento Rural "O Viso", <http://cdroviso.org/> [Consult. em 7 de junho de 2018], 2018.
11. Arqueixal Ecoagroturismo, <http://www.arqueixal.com/> [Consult. em 30 de maio de 2018], 2018.
12. A. P. Serantes, *Guía dos equipamentos para a educación ambiental na Galiza e doutras instalacións para a divulgación do Patrimonio*, CEIDA-Centro de Extensión Universitaria e Divulgación Ambiental de Galicia, A Coruña, 2005.
13. A. P. Serantes, "Os Equipamentos para a Educación Ambiental en Galicia: Proceso de diagnose e identificación de criterios de qualidade", em P. Á. Meira, M. A. Torales (org.), *Investigación e Formación en Educación Ambiental: Novos escenarios e enfoques para un tempo de câmbios*, CEIDA-Centro de Extensión Universitaria e Divulgación Ambiental de Galicia, A Coruña, pp. 129-145, 2008.
14. A. P. Serantes, H. Barracosa, "Contributos dos equipamentos de educação ambiental para as estratégias de acção local. Estudos de caso na Galiza e no Norte de Portugal" em L. I. Cunha, M. P. Santiago, *Estratexias de Educación Ambiental: Modelos, experiencias e indicadores para a sostenibilidade local*, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, Vigo, pp. 179-200, 2008.
15. M. Correia Marques, A. Martins, A. Mascarenhas, A. P. Silva, A. C Rodrigues, C. Rodrigues, C. Sá, F. Hipólito, F. Marques, I. Branco, J. Baptista, J. Jorge, J. Aranha, N. Barros, O. Santana, S. Lobo, S. Mesquita, S. Leite, V. Seixas, *Sete concelhos, um território: uma caracterização ambiental e socioeconómica no cerne do Entre-Norte-e-Centro*, Príncipia, Cascais, 2015.

ARTIGOS



**XXIV JORNADAS
PEDAGÓGICAS
DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL - REAVIVAR E REFORÇAR O BEM COMUM
20 A 22 ABRIL 2018 SETÚBAL

16. S. C. Carvalho, U. M. Azeiteiro, P. A. Meira, Equipamentos para a Educação Ambiental na zona costeira da Euroregião do Eixo Atlântico – Das práticas conservacionistas às sociocríticas, *Journal of Integrated Coastal Zone Management*, 11(4), 433-450 (2011).
17. A. P. Serantes, Los equipamentos para la educación ambiental como dinamizadores sociales. *Educación Social*, 35, 43-55 (2007).
18. A. Carvalho, *Os Museus e o Património Cultural Imaterial: Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*, Edições Colibri, Lisboa, 2011.
19. UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, *Declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural*, 2002.
20. Iphan/SC – Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional Santa Catarina, <http://portal.iphan.gov.br/sc> [Consult. em 4 de junho de 2018], 2018.
21. Parque Arqueológico da Cultura Castrexa, <http://pacc.es> [Consult. em 7 de junho de 2018], 2018.
22. Mosteiro de São Martinho de Tibães, <http://mosteirodetibaes.org/> [Consult. em 7 de junho de 2018], 2018.
23. O. Fontal Merillas, *La educación patrimonial. Teoría y práctica en el aula, el museo e internet*, Trea Ediciones, Gijón, 2003.
24. CICA – Centro de Interpretação da Cultura do Ananás, <http://parquesnaturais.azores.gov.pt/pt/smiguel/o-que-visitar/centros-ambientais/102-pni-smiguel/2966-centro-de-interpretacao-da-cultura-do-ananas> [Consult. em 4 de junho de 2018], 2018.
25. Museu do Douro, <http://www.museudodouro.pt/> [Consult. em 6 de junho de 2018], 2018.
26. Museu do Pão, <http://www.museudopao.pt/> [Consult. em 4 de junho de 2018], 2018.
27. *Granxa de Barreiros*, <http://granxadobarreiros.com/es/> [Consult. em 4 de junho de 2018], 2018.
28. *Horta de conservación de froitas autóctonas en San Sadurnino*. sadsadurnino.gal/wp-content/uploads/2016/05/trxptico_Horta_e_Colmear_2013_baixax1x.pdf [Consult. em 5 de junho de 2018], 2018.
29. A. P. Serantes, *Os equipamentos para a educación ambiental en Galicia: Análise da realidade e propostas de mellora de calidade*, tese de doutoramento, Universidade da Coruña, A Coruña, 2011.
30. Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2017 de 11 de julho, em *Diário da República*, 1.ª série, n.º 132, 3533-3550.



XXIV JORNADAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL - REAVIVAR E REFORÇAR O BEM COMUM

20 A 22 ABRIL 2018 SETÚBAL



XXIV JORNADAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL - REAVIVAR E REFORÇAR O BEM COMUM

20 A 22 ABRIL
2018

SETÚBAL

CONTACTOS

Associação Portuguesa de Educação Ambiental

Centro Associativo do Calhau, Parque Florestal de Monsanto

1500-001 Lisboa

www.aspea.org

